



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Jornalismo

Professor Orientador: Solano Nascimento

Memória do produto

Manual da ronda de polícia

guia prático para repórteres policiais

Marina Dutra de Oliveira

Paloma Batista Suertegaray

Brasília–DF, julho de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Jornalismo

Professor Orientador: Solano Nascimento

Memória do produto

Manual da ronda de polícia guia prático para repórteres policiais

Marina Dutra de Oliveira
Paloma Batista Suertegaray

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo, da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Brasília–DF, julho de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Jornalismo

Professor Orientador: Solano Nascimento

Membros da banca examinadora

1. Professor Solano Nascimento
2. Professora Thaïs de Mendonça Jorge
3. Professora Nélia Del Bianco
4. Suplente: Professor Sérgio de Sá

Agradecimentos

Aos nossos pais, pelo esforço para nos garantir uma boa educação e por nos ensinarem a importância da dedicação aos estudos para o nosso futuro profissional.

Ao professor Solano Nascimento, não só um dos docentes que mais nos inspiraram no nosso caminho pela Faculdade de Comunicação, mas também o orientador do nosso projeto final, por ter nos guiado na realização deste trabalho e pelos ensinamentos que nos ajudaram a evoluir como profissionais.

A todos os professores que nos acompanharam na nossa trajetória universitária. Em especial: Carlos Esch, Célia Matsunaga, Clodomir Ferreira, Dione Moura, Duda Bentes, Ellis Regina, Gabriela Freitas, Gustavo de Castro, Hélio Doyle, Janara Sousa, José Luiz Silva, Letícia Renault, Luiz Cláudio Martino, Luiz Martins, Márcia Marques, Nélia Del Bianco, Pedro Russi, Sérgio de Sá, Susana Dobal, Tânia Montoro, Tiago Quiroga, Thaís Jorge e Zélia Leal.

Aos jornalistas e policiais entrevistados neste trabalho, essenciais para a viabilidade do projeto. A eles desejamos todo sucesso na carreira.

Aos colegas de curso, ao lado de quem crescemos durante esses quatro anos, principalmente ao Thiago Lima, que se dispôs a diagramar nosso manual.

Resumo

Este memorial analisa a forma com que o jornalismo policial e a ronda de polícia são abordados em livros e manuais de jornalismo e redação brasileiros. Para isso, o projeto traz um breve histórico do jornalismo policial no Brasil e no mundo e conceitos sobre a importância e eficácia de manuais. As teorias e pesquisas apresentadas neste projeto serviram como base para a elaboração de um manual da ronda policial, construído a partir de entrevistas com jornalistas e policiais. A metodologia empregada, a estrutura e a linguagem usadas no manual são descritas neste memorial.

Palavras-chave: ronda policial; jornalismo policial; manual de jornalismo

Sumário

1. Introdução	7
2. Problema da pesquisa	9
3. Justificativa	10
4. Objetivos	12
5. Referencial Teórico	13
5.1. Jornalismo Policial	13
5.2. Ronda Policial	17
5.3. Manuais de Redação e Jornalismo	17
5.3.1. Manual de Redação CBN	18
5.3.2. Reportagem de Televisão – Como produzir, executar e editar	19
5.3.3. Manual de Radiojornalismo – Produção, Ética e Internet.....	19
5.3.4. Manual da Redação – Folha de S. Paulo	19
5.3.5. O Globo – Manual de Redação e Estilo	20
5.3.6. O Estado de S. Paulo – Manual de Redação e Estilo	20
6. Metodologia	21
6.1. Ponto de partida.....	21
6.2. Entrevistas	21
6.2.1. Repórteres.....	22
6.2.2. Editores	22
6.2.3. Polícia.....	23
6.3. Estrutura e linguagem do manual	23
7. Considerações finais	25
8. Referências bibliográficas	26
Anexo I – Roteiro de entrevistas	29

1. Introdução

Este projeto experimental, apresentado como trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, tem como proposta a elaboração de um manual sobre como fazer a ronda de polícia, voltado principalmente para jornalistas iniciantes – apelidados no jargão jornalístico de “focas”.

As editorias de polícia e cidades dos veículos de comunicação do Distrito Federal são, geralmente, compostas por jovens recém-formados – ou até estagiários. Ambas autoras deste livro, inclusive, tiveram sua primeira experiência em redação cobrindo crimes, uma no site do *Correio Braziliense* e a outra no jornal *Aqui-DF*. Como focas, além de enfrentar os desafios da rotina produtiva de notícias quentes, precisamos aprender a lidar com diversas técnicas próprias do jornalismo de polícia, com as quais os universitários costumam ter pouco contato durante a faculdade.

A ronda policial é uma dessas práticas e consiste em ligar para delegacias e batalhões com o objetivo de captar as principais pautas do dia. Mesmo que pareça um procedimento básico, repórteres com mais tempo no trabalho desenvolvem métodos variados para tornar a ronda mais eficiente, que vão desde como abordar os policiais ao telefone até como aproveitar essa ligação para criar fontes a longo prazo.

Para os focas, no entanto, que ainda estão tentando se acostumar ao ritmo intenso e permanentemente rápido de uma redação diária, a ronda pode tornar-se um processo bastante frustrante no princípio. Pouco conhecimento sobre como a polícia funciona levanta dúvidas sobre para quem ligar, em que ordem, o que perguntar e até saber o que faz um fato policial ser mais ou menos relevante. O resultado acaba sendo uma ronda infrutífera que pode fazer o repórter iniciante perder tempo ou não conseguir boas pautas.

Pensando nessas dificuldades de começo de carreira, na falta de espaço que o jornalismo policial tem nas faculdades de Jornalismo e na carência de bibliografia com dicas práticas sobre o assunto, tivemos a ideia de escrever um manual como projeto de conclusão de curso. Decidimos delimitar o tema do trabalho apenas à ronda por ser a técnica mais típica da cobertura de crimes diária. Ela serve como base para se levantar pautas que serão apuradas durante o resto do expediente, e fazê-la da forma correta é essencial para se conseguir as melhores manchetes.

Para escrever o guia, entrevistamos repórteres e editores das seções de polícia e cidades dos mais importantes veículos de comunicação diária de Brasília. Participaram jornalistas de meios impressos, de rádio e de televisão, que deram conselhos sobre como aumentar a eficiência da ronda e como lidar com a polícia. As recomendações desses profissionais foram reunidas nos seis capítulos, divididos em quatro partes, que compõem o manual. Também entrevistamos policiais militares e civis, que explicaram como as corporações onde trabalham estão organizadas e fizeram considerações sobre como esperam que seja o tratamento com jornalistas.

Empregando uma linguagem que busca ser clara e objetiva, o produto visa ensinar ao repórter novato tudo que ele precisa saber para ter um bom desempenho na hora de fazer ronda, ganhar agilidade e evitar passar por apertos típicos de quem ainda está se habituando à rotina da redação. Para quem já tem um pouco mais de experiência, o trabalho contém dicas sobre como aproveitar a ronda para criar fontes dentro da polícia, que podem ser úteis caso o jornalista queira seguir carreira no ramo da cobertura de crimes.

Neste memorial que acompanha o projeto, procuramos detalhar a metodologia aplicada para produzir o manual e expor as conclusões às quais chegamos a partir da observação de como o jornalismo de polícia é feito nos veículos de comunicação brasilienses. Também foi realizada uma análise de manuais de jornalismo e redação, com o intuito de sondar o que já foi publicado sobre técnicas para a cobertura de notícias policiais.

2. Problema da pesquisa

Este projeto surgiu de uma inquietação intelectual decorrente da ausência de manuais para a ronda policial, primeira etapa da reportagem e parte essencial na apuração das notícias. Além disso, nos manuais de redação e jornalismo pesquisados foram encontradas poucas ou nenhuma referência à atividade.

Nesse sentido, surgiram algumas questões que procuramos responder no manual:

- O que é a ronda?
- Para que fontes o repórter de polícia deve ligar na hora da ronda?
- Quem atende o jornalista dentro das polícias?
- Como deve ser a relação dos jornalistas com a polícia?
- Que outras fontes de notícias o repórter deve monitorar durante a ronda policial?
- Quando é a hora certa de fazer a ronda e quantas vezes ela deve ser feita?
- Como o repórter deve abordar a polícia durante as ligações para que a apuração seja mais eficiente?
- Existem jargões próprios dentro da área? Qual a melhor forma de tratamento para usar com um policial?
- Como conseguir fontes dentro da polícia?

3. Justificativa

Cobrir crimes para as editorias de polícia ou de cidades é, muitas vezes, a etapa inicial para quem quer seguir carreira de repórter. A área costuma empregar alunos dos últimos semestres da faculdade de jornalismo e profissionais recém-formados.

Por isso, é importante chegar o mais preparado possível para se ter um bom desempenho e, assim, aumentar as chances de progredir na carreira. Além desse fator, lidar com polícia e ter boas fontes é sempre útil, mesmo que o jornalista decida trabalhar em outras áreas da reportagem.

O jornalismo policial pouco estudado na maioria dos cursos superiores de Jornalismo. Geralmente, os alunos chegam a conhecer apenas um pouco da história do gênero, mas dificilmente têm aulas práticas sobre o assunto. Além de exigir certas técnicas jornalísticas específicas, cobrir crimes requer conhecimento sobre como são organizados os diferentes órgãos da polícia, como eles funcionam e do que se encarrega cada um – isto é, quais são os deveres das polícias Civil, Militar e Federal. Assim argumentam as estudiosas Silvia Ramos e Anabela Paiva:

Entre os pontos mais mencionados por jornalistas e especialistas como principais fragilidades, estão as seguintes áreas de conhecimento: funcionamento do sistema de justiça criminal no Brasil (papéis, atribuições e limites das polícias, do Ministério Público, da Justiça e do sistema penitenciário) e em outros países; informações sobre as principais bases de dados da área (...) e como ter acesso a elas. Há dúvidas sobre conceitos básicos, como violência e criminalidade, além do desconhecimento sobre a legislação. (RAMOS; PAIVA, 2007. p. 26)

Difícilmente um estudante de jornalismo aprenderá sobre a cobertura de crimes durante a universidade. Por tal motivo, é frequente que repórteres iniciantes cheguem à redação sem os conhecimentos necessários sobre onde achar uma boa pauta policial, como começar a apurá-la e até mesmo distinguir que fatos são mais importantes.

Não há muitos livros sobre jornalismo policial, e a maioria dos que existem é focada principalmente em como as editorias de polícia se desenvolveram ao longo do tempo ou sobre a relação delas com o sensacionalismo, por exemplo, sem chegar a tratar da rotina de produção das notícias sobre crimes ou detalhar quais são as principais técnicas.

Existem, ainda, os manuais de redação, alguns dos quais trazem algumas informações a respeito de como a polícia funciona, ou sobre como lidar com autoridades em geral – o que também inclui os policiais. Na 16ª edição do *Manual da Redação* elaborado pela *Folha de S.Paulo*, por exemplo, há um diagrama sobre as patentes dentro da polícia civil e militar, informação que pode ser bem útil. Dentre as obras que analisamos no presente trabalho, no entanto, não houve nenhuma que se dedicasse especificamente a ensinar as técnicas próprias da cobertura de crimes diária, principalmente a ronda policial.

4. Objetivos

Por meio do manual, será possível entender a importância da ronda para a produção das notícias policiais do dia e como ela pode ser feita de forma eficaz. Embora tenha sido escrito pensando nos focas, o manual também pode servir de guia para os repórteres mais experientes, por conter dicas e métodos variados da apuração por telefone.

A ideia é desmistificar a crença de que fazer a ronda é perda de tempo, sensação que os jovens repórteres sentem quando não conseguem nenhuma informação e são atendidos por policiais nada amigáveis. Se feita de forma correta, como o manual ensina, a prática se torna o pontapé da notícia e pode salvar um dia sem pautas.

O produto traz o passo a passo da ronda policial, desde o momento em que o repórter escolhe para quem ligar até a parte em que ele seleciona as notícias a serem passadas para o editor. A intenção é que os jornalistas se baseiem nas dicas para fazerem a ronda o mais rápido possível, sem perderem tempo com fontes não produtivas e que raramente passam as informações para a imprensa.

Outra finalidade do manual é dar dicas aos repórteres sobre como deve ser a relação deles com policiais. Um bom relacionamento com a polícia ajuda na hora da obtenção das notícias e na criação de vínculos profissionais com as fontes, que costumam facilitar o trabalho de apuração.

5. Referencial Teórico

Como referência para a elaboração do manual, utilizamos conceitos sobre jornalismo policial, ronda e manuais de jornalismo e redação.

5.1. Jornalismo Policial

O Jornalismo Policial pode ser caracterizado o responsável pela cobertura dos fatos criminais que possuem relação direta com a segurança pública e passam por investigações policiais e judiciais. Em entrevista à revista virtual Pj:Br, da Universidade de São Paulo, o pesquisador João Marques de Melo definiu jornalismo policial da seguinte forma:

Jornalismo policial é aquele segmento jornalístico que focaliza no desempenho das instituições responsáveis pela administração das infrações legais dos cidadãos. Trata-se, em verdade, de uma editoria ou seção de jornais, radiojornais ou telejornais. (MELO, 2003).

Para João Elias da Cruz Neto, matérias policiais são aquelas “sobre os delitos previstos no Código Penal, como roubos, homicídios, seqüestros, entre outros. Além do julgamento de crimes de grande repercussão e apresentação de presos” (NETO, 2008, p.62).

Séculos antes do surgimento dos jornais, no início do século XVII, já circulavam na Europa as chamadas “folhas volantes”, onde o crime representava uma das temáticas mais abordadas. Segundo Veiga (2008), foi publicado um total de 25 “folhas volantes” em 1616 e um terço delas foi dedicado a um tipo de acontecimento: assassinatos.

De acordo com Melém (2011), as primeiras reportagens sobre fatos criminais surgiram na metade do século XIX, em jornais sensacionalistas da Inglaterra e nos Estados Unidos. Com a inclusão desses assuntos, os veículos objetivavam atrair as grandes massas com histórias que apelavam ao sentimento e ao sensacionalismo.

O surgimento do jornal americano *New York Sun*, em 1833, foi um marco no jornalismo popular e sensacionalista. O tabloide, que custava apenas um centavo, trazia como slogan “um jornal que brilha para todos, destinado aos mecânicos e às massas em geral”.

O tédio dos jornais tradicionais foi substituído por notícias sobre assassinatos, incêndios, suicídios e distúrbios de rua. Se antes a imprensa era destinada às classes mais abastadas, o *Sun* passou a atender um público leitor que buscava informações ligadas ao seu cotidiano, relacionadas a dramas de pessoas comuns, a polícia e ao dia-a-dia dos parlamentos (AMARAL, 2006, p.16).

No Brasil, o jornalismo policial surgiu no início do século XX, em um padrão de cobertura que até hoje não sofreu grandes mudanças.

Na época, os jornalistas do *Jornal do Comercio* e *Jornal do Brasil*, focaram seus trabalhos na versão dada pela polícia carioca, deixando em segundo plano a versão das vítimas e acusados dos crimes. (MELÉM, 2011, p.30).

A partir de então, o gênero policial começou a se difundir e passou a ser explorado por vários meios de comunicação, principalmente após a década de 70. Segundo Melém (2011), em 1977 a reportagem policial conquistou mais credibilidade em razão de uma matéria publicada na *Revista Veja* – sobre a morte de Claudia Lessin Rodrigues –, que ganhou o prêmio Esso; e pela abolição do Ato Institucional Número 5 (AI-5) que, para a autora, permitiu que matérias policiais ganhassem um tom mais crítico.

Paiva e Ramos (2007) defendem que o jornalismo policial sofreu novas modificações nas décadas de 1980 e 1990, com a expansão do fenômeno da violência urbana, que também tornou-se mais complexo.

Uma alteração significativa foi o ingresso nas páginas dos jornais, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990, de pautas sobre segurança pública. A escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre as classes média e alta e a chegada de especialistas a cargos de gestão em secretarias de segurança fizeram com que a imprensa passasse a incorporar esta temática. (PAIVA; RAMOS, 2007. p. 16)

Nos últimos anos, a cobertura de crimes também passou por mudanças em relação à linguagem empregada pelos veículos de comunicação com esse tipo de notícia, se distanciando do estilo das primeiras editoriais de polícia:

A primeira mudança que chama a atenção dos que analisam a cobertura de violência e criminalidade é a diminuição do uso, pela maioria dos jornais e mesmo das emissoras de TV, de recursos sensacionalistas e noções apelativas. Os principais jornais deixaram

de utilizar fotos explícitas, e mesmo os mais populares evitam recomendar que a polícia elimine criminosos ou desrespeite direitos para combater o crime. (PAIVA; RAMOS, 2007. p. 15)

Paiva e Ramos (2007) citam como fatos emblemáticos dessa tendência o fechamento do jornal sensacionalista *Notícias Populares*, de São Paulo, em 2001, e a reformulação editorial de *O Povo*, do Rio de Janeiro, em agosto de 2006. Na televisão, o programa *Cidade Alerta*, também caracterizado pelas notícias policiais apelativas, saiu do ar em junho de 2005.

Um dos problemas, apontado por Marco Antonio Zanfra é que os repórteres de polícia são cada vez mais escassos devido a uma crise no jornalismo policial. Antes esses profissionais eram formados nas próprias redações, mas hoje há cada vez menos jornalistas querendo se especializar na área.

Pode-se dizer que o jornalismo policial sofre atualmente de duas síndromes básicas: falta de informação dos repórteres que eventualmente se vêem forçados à cobertura e falta de incentivo ao surgimento de novas vocações (...). Mas quem quer ser repórter de polícia hoje em dia? Não há como fugir, entretanto: a editoria perdeu importância, os talentos não são estimulados, o espaço foi reduzido... mas o fato policial não deixou de existir – aliás, pelo contrário – e os repórteres, mesmo com engulhos ou urticária, têm de noticiá-lo. (ZANFRA, 2007, p.5)

A falta de repórteres especializados faz com que as matérias policiais sejam pouco aprofundadas e reféns das informações passadas pelas fontes. Segundo Pacheco (2005), a mídia não está cumprindo a sua principal função, que é a de esclarecer a opinião pública e de levar conhecimento e cultura à sociedade em que está inserida.

Os programas, nesse sentido, seguem uma linha, a grosso modo, mais interessada na audiência e na questão econômica. Relatam episódios envolvendo a sociedade, mas sem o devido aprofundamento das causas e conseqüências. Na maioria das vezes, apenas lêem ocorrências conforme coletadas na fonte, ou seja, nos departamentos policiais e outros órgãos de segurança. (PACHECO, 2005, p.16).

Em primeiro lugar, como os repórteres de polícia ficam pouco tempo no cargo, eles não têm tempo suficiente para estabelecer contatos na área. Isso os torna dependentes de assessorias e fontes oficiais, e aos dados que elas se dispõem a passar. Dessa forma, a ronda pode acabar sendo muito mais dominada pela polícia,

que decide o que a imprensa ficará sabendo e o que não, do que pelo próprio repórter, que não dispõe de outros meios para achar informação.

A consequência mais grave da dependência das informações policiais é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança. Apesar das freqüentes reclamações das autoridades do setor sobre críticas da imprensa, a verdade é que o noticiário sobre violência e criminalidade é principalmente composto de registros de ações policiais: prisões, apreensões, apresentações de criminosos etc. (...) E são inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaque nas páginas de jornais. (PAIVA; RAMOS, 2007. p. 37)

A título de exemplo, uma pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) – citada no livro “Mídia e Violência” pelas autoras Silvia Ramos e Anabela Paiva – analisou, em 2004, a cobertura criminal de nove jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O estudo mostrou que, dentre um total de 2.514 matérias, a polícia era a principal fonte ouvida em 32,5% dos casos. A situação no Distrito Federal não é muito diferente.

Outro dos problemas das editorias policiais, atualmente, é que se dedicam principalmente à cobertura de temas factuais, como os homicídios, roubos e estupros acontecidos no dia. De acordo com a pesquisa do CESeC citada, 63,8% das matérias policiais dos jornais analisados relatavam apenas o factual. Em contraste, apenas 6,1% correspondiam a entrevistas, editoriais, investigações e reportagens especiais sobre o tema.

É um indicador de que os jornais têm ainda reduzida iniciativa no setor e se deixam dominar pela avalanche de acontecimentos do dia-a-dia, dando espaço limitado para a análise e a crítica. (PAIVA; RAMOS, 2007. p. 19)

No DF, a situação é similar. É raro serem publicadas matérias analíticas sobre a incidência de algum tipo de crime ou sobre a atuação da polícia no combate a determinado problema de segurança pública. Tal deficiência pode estar relacionada com a falta de preparo dos repórteres policiais novatos para apurar esse tipo de reportagem.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. (PAIVA; RAMOS, 2007. p. 25)

5.2. Ronda Policial

A técnica mais utilizada para apurar notícias policiais é a chamada ronda. A prática de fazer a ronda consiste em telefonar para delegacias, batalhões da polícia militar, corpo de bombeiros, polícia federal e assessorias de imprensa da polícia em busca de informações sobre ocorrências de crimes no dia ou na véspera que possam render uma pauta.

João Elias da Cruz Neto inclui a ronda no rol de ideias para realização de pautas que podem surgir “por meio de contatos periódicos em locais que são constantemente produtores de notícias, [...] como as delegacias” (NETO, 2008, p.24).

5.3. Manuais de Redação e Jornalismo

Os primeiros manuais de redação e jornalismo surgiram nos Estados Unidos, no final do século XIX. No Brasil, eles começaram a ser adotados a partir da segunda metade do século XX. Agostinho (2010) explica que tal fato se deve à modernização empresarial que, na época, acontecia nos veículos jornalísticos. A função do manual seria tanto a de melhorar o desempenho dos repórteres, com o objetivo de atrair leitores, como também uniformizar a escrita dos profissionais que trabalhavam nos jornais.

Mônica Pegurer Caprino, em sua tese de doutorado intitulada *Questão de estilo: os textos jornalísticos e os Manuais de Redação*, define, em linhas gerais, quais seriam as funções dos manuais de redação:

[...] compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser

cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas. (CAPRINO, 2002, p. 99).

Para facilitar o entendimento conceitual e sistemático dos temas abordados pelos manuais por parte de estudantes e repórteres, principalmente os iniciantes, este tipo de texto deve adotar a linguagem mais didática possível. Em estudo comparativo dos manuais da Folha de São Paulo e o Estadão de São Paulo, Agostinho argumenta que:

[...] o manual de redação mais didático seria aquele em que seu conteúdo fundamente, explique e descreva as estruturas relacionadas ao campo jornalístico, de forma que o aluno adquira hábitos, técnicas e conhecimentos acerca das atividades e rotinas habituais de um profissional jornalista. (AGOSTINHO, 2010, p. 2)

Ainda que úteis, Caprino pontua que os manuais “têm sido acusados de serem disciplinadores excessivos do texto, criando uma camisa de força” (CAPRINO, 2002, p.99). Para Luiz Garcia, autor do manual de O Globo, evitar tais limitações depende de quem escreve esses livros.

É tarefa dos elaboradores dos manuais de redação modernos, que estão cientes disso, evitar esse engessamento, na verdade criar o grande mandamento para o leitor e para o jornalista que é o de ser livre na elaboração da notícia, ou seja, contribuir com a sua imaginação em vez de contribuir com sua obediência. (GARCIA, 2010, apud CAPRINO, 2002, p. 103)

5.3.1. Manual de Redação CBN

O capítulo “Rádio ao vivo”, do manual da rádio CBN, das organizações Globo, alerta que, como os jornalistas têm contato frequente com determinados segmentos profissionais, é preciso ter cuidado para não se apropriar dos jargões utilizados por policiais, advogados e médicos, por exemplo. “Se o policial diz que “o elemento foi detido com uma viatura roubada”, cabe ao repórter traduzir a informação para um repertório mais próximo da maioria das pessoas: “ a pessoa foi presa com um carro roubado” (TAVARES, 2011, p.40).

Para ajudar repórteres na tradução desses jargões, a obra traz um anexo com informações jurídicas, essenciais para o jornalista que quer trabalhar com polícia. O manual cita a ronda como uma das funções do repórter que fica na redação. “São conhecidos como “escutas” e responsáveis pela checagem periódica com a polícia,

bombeiros, companhias de trânsito, concessionárias de rodovias e outros órgãos responsáveis pela infraestrutura urbana” (TAVARES, 2011, p.24).

5.3.2. Reportagem de Televisão – Como produzir, executar e editar

Para João Elias da Cruz Neto, o produtor de televisão deve se manter sempre informado e saber a que órgão se dirigir para elaborar tal matéria. “ [...] se vai fazer uma matéria sobre a falta de segurança em tal área da cidade, deve saber quem é o comandante do policiamento. Deve saber, também, quais são as atribuições da polícia civil e da polícia militar, por exemplo” (NETO, 2008, p.29).

Em relação às fontes que representam o poder público, como as chamadas fontes policiais, Neto afirma que “apesar de serem oficiais, nem sempre podem ser consideradas confiáveis. Por isso é necessário checar as informações” (NETO, 2008, p.31). Dentro do jornalismo policial, essas fontes são representadas pelo secretário de Segurança Pública, pelos delegados e comandantes da polícia militar.

5.3.3. Manual de Radiojornalismo – Produção, Ética e Internet

Para Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima, as ações policiais não fazem parte das atribuições dos jornalistas, a quem cabem apenas acompanhar e divulgar os fatos de interesse social.

“O jornalista denuncia crimes à sociedade; quem apura e pune, se for o caso, é o Estado. O profissional de imprensa só relata um acontecimento ao delegado, promotor de justiça ou outra autoridade quando a vida de alguém corre perigo. O jornalista acompanha o trabalho das autoridades, não coopera” (BARBEIRO; LIMA, 2003, p.22).

No manual, os autores trazem um guia de palavras e expressões policiais e jurídicas, que são úteis para o repórter policial, no capítulo “O Dia-a-Dia entre Juízes, Desembargadores e Ministros”.

5.3.4. Manual da Redação – Folha de S.Paulo

O manual da *Folha de S.Paulo* traz uma lista de verbetes para a elaboração de textos que pode ser consultada pelo jornalista policial, com o significado e a forma de utilizar termos como álibi, assassinar, balear e executar.

No anexo militar há uma tabela com as hierarquias da polícia militar, dividida em oficiais superiores e subalternos.

5.3.5. O Globo – *Manual de Redação e Estilo* / *Manual de redação e Estilo* (Diários Associados)

Ambos livros não abordam técnicas de jornalismo policial e focam em questões de texto. O apêndice IV do manual de redação do jornal *O Globo* contém um glossário de expressões jurídicas que podem ajudar na cobertura de crimes, como as definições de furto, roubo e sequestro. O manual dos Diários Associados, utilizado no *Correio Braziliense* e no *Aqui-DF*, também tem um anexo com vocabulário técnico de direito e outro sobre armas, que também pode ser útil para repórteres de polícia.

5.3.6. O Estado de S. Paulo – *Manual de Redação e Estilo*

No verbete sobre noticiário policial, o Manual do Estado de S. Paulo explica os critérios empregados pelo jornal para decidir quais crimes têm maior relevância:

Alguns exemplos que podem exigir maior espaço na edição: sequestros; assaltos a banco ou a outros estabelecimentos, com tiroteios ou lances dramáticos; acidentes com grande número de extermínio; guerra de quadrilhas; tráfico de drogas; extorsões; assaltos a residências, com vítimas ou mobilização de grande aparato policial; crimes passionais ou de outros tipos com repercussão superior à normal, etc. (MARTINS, 2005, p.224).

O livro recomenda que o repórter seja comedido no texto e poupe o leitor de detalhes escabrosos. Além disso, alerta para não chamar de criminoso quem ainda não tenha a culpa julgada e para evitar fazer julgamentos de valor sobre por que uma pessoa cometeu um crime.

6. Metodologia

6.1. Ponto de partida

A ideia inicial do produto, era fazer um manual de polícia que abordasse desde a apuração até a escrita do texto. Quando começamos a elaboração do questionário sobre a ronda policial, que constituiria apenas o primeiro capítulo do guia, percebemos que o assunto em si já era bastante extenso. Para o pouco tempo que teríamos para a elaboração do manual completo, corríamos o risco de o produto ficar genérico e sem aprofundamentos se não delimitássemos melhor o tema.

Além disso, um manual de jornalismo policial traria conceitos e técnicas já abordados em outros manuais. Um guia específico de ronda, por sua vez, abordaria conhecimentos novos, nunca estudados a fundo em livros técnicos de jornalismo.

Decidimos escrever o produto através de entrevistas parcialmente estruturadas – isto é, “guiadas por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 2010, p. 105) – com repórteres e editores que lidam com a ronda diariamente e policiais responsáveis por atenderem a demanda dos jornalistas. Esse tipo de entrevista despadronizada (LAKATOS; MARCONI, 1991), permite explorar mais abertamente uma questão e pode ser realizada dentro de uma conversação informal.

6.2. Entrevistas

Para a elaboração do manual foram montados três questionários: um para repórteres, outro para editores e um terceiro para policiais. Decidimos entrevistar pelo menos dois repórteres e um editor de cada um dos veículos de comunicação que cobrem notícias policiais no Distrito Federal. Também planejamos falar com representantes das assessorias de comunicação das polícias Civil e Militar e com policiais que atendem as solicitações dos jornalistas.

Escolhemos entrevistar repórteres que trabalhassem atualmente com ronda policial. Geralmente, os profissionais que trabalham na área estão no início da carreira. A única exceção foi a do Luís Augusto Gomes, do Jornal de Brasília, um dos jornalistas policiais mais experientes da cidade.

Como queríamos fazer as entrevistas com os repórteres pessoalmente, não foi possível entrevistar todas as fontes escolhidas, devido à indisponibilidade de horários. Como sabíamos que o contato com os editores seria ainda mais difícil,

encaminhamos os questionários por email e, ao contrário do que imaginávamos, recebemos poucas respostas. No total, entrevistamos 16 jornalistas, um policial civil e três militares. Os roteiros que serviram como base das entrevistas encontram-se no Anexo I deste memorial.

6.2.1. Repórteres

O questionário para os repórteres se focou em como é o processo de ronda para cada um deles, desde os sites que monitoram em busca de notícias de polícia, até o horário em que começam a ronda e em que ordem fazem as ligações. As perguntas também abordaram o relacionamento entre os repórteres e a polícia, o que apurar com cada fonte (polícias Civil e Militar, assessorias de comunicação, bombeiros, etc.) e como decidir que pautas conseguidas na ronda são mais importantes.

Foram entrevistados dois jornalistas da Rede Globo (Vinícius Werneck e Kamilla Hippertt), duas do SBT (Mariana Damaceno e Larice de Paula), uma da Record (Jamile Damaceno), um do Aqui-DF (Isaías Monteiro), um do Correio Braziliense (Luiz Calcagno), dois do Jornal de Brasília (Isa Staciarini e Luís Augusto Gomes), dois da CBN (Priscilla Peixoto e Felipe Igreja) e um da BandNews (Ivan Brandão). Entramos em contato com a Band e a TV Brasília, mas os repórteres responsáveis pela ronda policial nas duas emissoras de televisão, que a princípio aceitaram responder ao questionário, pararam de atender nossas ligações.

Também entramos em contato com o Jornal da Comunidade, Alô Brasília, Metro e Na Hora H. Os três primeiros nos informaram que não têm nenhum repórter responsável pela ronda em suas redações, então foram excluídos do manual. Os jornalistas do Na Hora H aproveitam o conteúdo produzido pelo Jornal de Brasília, publicação do mesmo grupo empresarial, por isso também não participaram das entrevistas.

6.2.2. Editores

O roteiro de perguntas para os editores centrou-se no que os chefes recomendam aos seus repórteres de polícia sobre como fazer a ronda e nos critérios que empregam para decidir que tipo de pautas têm maior potencial de manchete para a editoria policial.

Encaminhamos o questionário por e-mail para pelo menos dois editores de cada um dos veículos de comunicação que tiveram repórteres entrevistados. No entanto, embora a maioria dos editores contatados tivessem confirmado o recebimento do roteiro de perguntas e se comprometido a participar, apenas cinco deles responderam: dois do Aqui-DF (Leonardo Meireles e Renaro Cardozo), um do Jornal Coletivo – que cobre polícia embora não tenha repórter responsável pela ronda – (Luís Ricardo Machado Teixeira) e uma editora da Rede Globo (Marina Simpson).

6.2.3. Polícia

Entrevistamos pessoalmente três pessoas da Assessoria de Imprensa da Polícia Militar, (Rafael Maidana, Daniel dos Santos Barroso, Paulo Roberto Pereira de Paula). Na Polícia Civil, foi entrevistado o delegado Paulo Henrique Almeida, diretor da Comunicação Social.

O questionário aplicado aos policiais abordou como eles acham que deve ser o relacionamento com a imprensa, que tratamento esperam receber dos repórteres e quais são os erros mais comuns dos jornalistas na hora de fazer a ronda.

6.3. Estrutura e linguagem do manual

Por ser um manual direcionado preferencialmente a jovens repórteres, decidimos empregar a linguagem mais clara e direta possível. A intenção seria elaborar um guia que não tomasse muito tempo de leitura e que expusesse de forma sucinta e condensada informações que o repórter iniciante precisa ter para se sentir preparado ante a tarefa de fazer a ronda policial.

O guia está dividido em uma introdução – que descreve o que inspirou a ideia de fazer o trabalho e discorre sobre os objetivos do manual – e seis capítulos, divididos em quatro partes. A primeira parte traz a apresentação do trabalho e o primeiro capítulo, que detalha o conceito de ronda.

A segunda parte explica como funcionam as polícias Civil e Militar e quais são as atribuições de cada uma. Tais conhecimentos são importantes para tornar a ronda mais eficiente e para ajudar o repórter a saber que fontes ele deve procurar para conseguir determinada informação. Também são abordadas dicas sobre como manter uma boa relação com a polícia e como aproveitar a ronda para criar fontes, o que pode ser vantajoso para se conseguir dados em apurações futuras. Além disso,

há dicas sobre como fazer a abordagem ao ligar para batalhões e delegacias, qual o tratamento que deve ser dispensado aos agentes, delegados e policiais militares e alguns jargões.

A terceira parte trata sobre como organizar a ronda: em que horário começar, para quem ligar, em que ordem, etc. Também sugere outras fontes que também podem ser fonte de pautas, como as delegacias especializadas e os bombeiros. Também lista sites, jornais impressos, programas de TV e rádios que o repórter policial pode monitorar em busca de notícias policiais.

Finalmente, a quarta parte explica os critérios básicos que podem ser aplicados para saber qual é a relevância de um fato policial e se ele rende uma boa pauta.

O manual também contém uma breve lista intitulada “A ronda em dez passos”. Nela, são resumidas as dicas mais importantes do guia, com o intuito de que sirva como um instrumento de consulta prático e rápido para os repórteres.

7. Considerações finais

Ao longo da etapa de entrevistas deste trabalho, percebemos que a maior parte dos repórteres policiais compartilha uma característica: serem jovens. Para eles, a editoria de polícia representa o início da trajetória na redação e, geralmente, é vista como uma fase transitória na carreira.

Difícilmente algum desses profissionais tem a intenção de se especializar no ramo, o que se reflete na forma em que o jornalismo policial é produzido nos veículos de comunicação do Distrito Federal. A inexperiência na área faz com que os focas se tornem mais dependentes de fontes oficiais e fiquem mais passíveis a cometer erros - principalmente ao executar tarefas típicas do jornalismo policial, com as quais tiveram pouco contato ao longo de sua formação acadêmica.

Ainda que a ronda, tema do manual, seja um dos procedimentos mais básicos para a cobertura de crimes, ela é o primeiro momento no qual o jornalista pode fazer fontes dentro da polícia, que podem facilitar o trabalho do repórter no futuro. Por outro lado, dominar a técnica da ronda rapidamente possibilita que o repórter se dedique a aperfeiçoar outras habilidades de apuração, que permitem fazer matérias de polícia de maior profundidade.

O manual “Ronda Policial: guia prático para repórteres” é o primeiro passo da nossa meta de contribuir para a produção de um jornalismo de polícia com mais concisão e qualidade. Mas as nossas contribuições não devem parar por aí. Pretendemos voltar ao nosso objetivo inicial e escrever outros manuais que tratem das etapas da reportagem policial que sucedem a ronda, como a fase de apuração, escrita e edição do texto.

8. Referências

AGOSTINHO, Tiago César; SUCENA, Joaquim. **Por uma didática do jornalismo: análise comparativa de conteúdo entre os Manuais de Redação dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/regional/resumos/R19-0023-1.pdf>>. Acessado em: 19 jun. 2013.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular.** São Paulo: Contexto, 2006

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa.** São Paulo: Summus, 1995.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual do radiojornalismo: produção, ética e Internet.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CAPRINO, Mônica Pegurer. **Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação.** 19 f. Tese (Doutorado), Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **Manuais de redação e estilo: gêneros do discurso, linguagem e objetividade na imprensa.** Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/9488/7050>>. Acessado em: 19 jun. 2013.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do Foca.** São Paulo: Editora Contexto, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 1991.

Manual da redação: Folha de S. Paulo. 16. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

MELÉM, Viviane de Nazaré de Oliveira. **Jornalismo policial**: uma análise dos critérios de noticiabilidade do caderno polícia, do jornal Diário do Pará. Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia, Belém, v. 1 , n. 1, Jan./Jun., 2011.

MELO, José Marque de. **Jornalismo policial**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas1_c.htm>. Acesso em: 12 jun. 2013.

NETO, José Elias da Cruz. **Reportagem de televisão**: como produzir, executar e editar. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

PACHECO, Alex Rômulo. **Jornalismo policial responsável**. 25 f. Monografia (Graduação), Universidade do Contestado, 2005.

PAIXÃO, Patrícia (org.). **Jornalismo policial**: Histórias de quem faz. São Paulo: Editora In House, 2010.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no país. Disponível em: <http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/livromidiaviolencia.pdf>. Acessado em: 19 JUN. 2013.

VEIGA, Isabela R. **A cobertura jornalística das operações da Polícia Federal**: um olhar sobre a história do jornalismo e a notícia como construção social. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/A%20cobertura%20jornalistica%20das%20operacoes%20da%20Policia%20Federal%20um%20olhar.pdf>> . Acessado em: 19 jun. 2013.

ZANFRA, Marco Antônio. **Manual do Repórter de Polícia**. Disponível em: <http://www.comunique-se.com.br/conteudo/arquivos_downloads/Manual_do_Report er_de_Policia.pdf>. Acessado em: 19 jun. 2013.

Anexo I – Roteiros de entrevista

Questionário – Repórteres

1. Nome, idade, cargo atual e tempo de experiência em cobertura policial.
2. Qual a importância da ronda para você, em relação ao processo de produção de notícias policiais?
3. Qual é a primeira coisa que você faz quando chega à redação no dia de ronda? Por quê?
4. Qual a importância de acompanhar o noticiário de polícia diariamente?
5. Que tipo de sites você monitora? Você lê a cobertura policial de que jornais? A que programas de TV costuma assistir durante a ronda?
6. Você faz ronda em delegacias especializadas?
7. Você monitora algum outro órgão durante a ronda, como tribunais, por exemplo?
8. Quando você liga para os hospitais? A abordagem que você faz é a mesma feita com as delegacias?
9. A que horas você começa a ronda? Por quê? Quanto tempo, em média, ela costuma durar?
10. Para quem você liga e em que ordem? Por quê?
11. Quando é melhor ligar diretamente para o delegado?
12. Você só faz a ronda por telefone ou usa e-mail também ou alguma outra forma de contato?
13. Quando um telefone da ronda está ocupado, você insiste ou deixa para ligar de novo ao final da ronda?
14. Você faz as anotações dos dados da ronda em papel ou direto no computador?
15. Como você aborda as pessoas ao telefone, na hora da ronda? Você chama policiais de ‘doutor’? Se não, que expressão você usa?
16. Na sua opinião, é melhor que o repórter mantenha uma relação mais formal ou mais descontraída ao lidar com a polícia? Por quê?
17. Quais são as fontes mais confiáveis e quais as menos confiáveis para darem informações para a ronda?
18. Como você faz para cultivar fontes dentro da polícia e como isso pode ajudar na ronda?

19. Quais dados apurar com a Polícia Civil e quais com a Polícia Militar?
20. Há diferença na forma de tratamento com as duas polícias?
21. Qual é a sua opinião sobre as Divisões de Comunicação da Polícia Civil e da Militar? Quais são os pontos fracos e quais os fortes?
22. Como é feito o trabalho com a rádio escuta?
23. Que critérios você emprega para decidir que histórias levantadas na ronda valem a pena serem apuradas mais a fundo?
24. Que outras dicas ou macetes você recomenda para fazer uma ronda mais eficiente?
25. Quais são os principais erros que se comete ao se fazer a ronda?

Questionário – Editores

1. Nome completo, idade, experiência com jornalismo policial.
2. Que recomendações você dá para seus repórteres sobre como fazer a ronda policial?
3. Que horas você recomenda que a ronda seja feita? Por quê?
4. Para quem você indica que os repórteres liguem na ronda e em que ordem? Por quê?
5. Você instrui os seus repórteres a lhe informarem sobre tudo que fazem na ronda ou prefere que eles sejam mais independentes? Por quê?
6. Quais são os principais erros que você já viu repórteres cometerem na ronda? O que fazer para contorná-los?
7. Quando o repórter de ronda passa as ocorrências levantadas no dia, o que você leva em conta para decidir o que merece mais apuração e espaço no jornal?
8. Que tipo de ocorrência é mais importante para o veículo e que fatores (local, pessoas envolvidas, horário, etc.) mais influenciam nisso?

Questionário – Polícia

1. Como funciona a central de comunicação de vocês? (Divisão de Comunicação)
2. Os policiais recebem algum tipo de preparação para lidarem com a imprensa?

3. Qual a sua opinião sobre a forma de abordagem dos jornalistas na hora de ligar para a delegacia/o batalhão? Como você recomenda que esse contato seja feito?
4. Como vocês decidem que ocorrências passar para a imprensa no dia a dia?
5. Em relação a casos que ainda estão sendo investigados, quando vocês passam para a imprensa e quando não? Por quê?
6. O que você acha do repórter ligar diretamente para o delegado?
7. Quais os principais erros que os jornalistas cometem na hora de ligar para a delegacia/batalhão para fazer a ronda?